

A-PDF Merger DEMO : Purchase from [www.A-PDF.com](http://www.A-PDF.com) to remove the watermark



# HISTÓRIA DO AMOR NO BRASIL

Mary Del Priore

---

Copyright© 2005 Mary Del Priore

Todos os direitos desta edição reservados à  
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

*Ilustração de capa*

Waldomiro Sant'Anna, "Os namorados"  
(Óleo sobre tela)

*Montagem de capa e diagramação*

Gustavo S. Vilas Boas

*Revisão*

Dida Bessana

Ruy Azevedo

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Del Priore, Mary  
História do amor no Brasil / Mary Del Priore. –  
São Paulo : Contexto, 2005.

Bibliografia.  
ISBN 85-7244-304-5

1. Amor - Brasil - História 2. Casamento  
3. Paixões I. Título

05-7035

CDD-302.30981

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Amor : Sociologia : História  
302.30981

EDITORA CONTEXTO

Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Acopiara, 199 – Alto da Lapa

05083-110 – São Paulo – SP

PABX: (11) 3832 5838

contexto@editoracontexto.com.br

www.editoracontexto.com.br

---

2005

Proibida a reprodução total ou parcial.  
Os infratores serão processados na forma da lei.



mestre, como idolatro a uma irmã. Ou antes a Olímpia não é para mim uma mulher é só a primeira parte de meu poema – é um anjo”.

E por esse anjo, puxa a espada em um baile cheio de altercações e incidentes. Leiamos este saboroso trecho de uma carta de 1845, ao futuro visconde de Ourém:

O Duarte Novais, promotor público, desafiou o João Maria Chichorro, dizendo que lhe havia de encher a cara de pedras, o Brusquinho desafiou o Batistinha, o João Maria Gavião descompôs o Melo Franco.

Finalmente tive uma turra com o Candinho Bueno. Estava ele altercando com a Olímpia sobre a data da inscrição de pares. Cheguei-me e perguntei-lhe o que tinha. Ela me disse que o Cândido queria dançar, sendo que o Pinto a tinha convidado para aquela quadrilha. Eu disse-lhe que então escolhesse livremente com quem queria dançar. Disse ela que com o Pinto, virci-me para o Cândido e pedi-lhe que pusesse termo à sua exigência, visto que a senhora tinha decidido. Disse-me que não era comigo que falava. – Pois meu senhor – lhe respondi – quem alterca com Senhoras deve estar pronto para responder a um homem. Evitou-me e terminou a pendência.

## **Amores em engenhos e sobrados do Nordeste**

No Nordeste, por sua vez, o calendário amoroso tinha o ponto alto na festa da Botada da cana: com procissão, fogos, missa. Essas festas campestres, conta Wanderley Pinho, eram duplamente interessantes porque não lhes faltava nada, ou quase nada, o que havia em bailes e saraus da cidade – da boa música à dança e ao luxo do vestuário das damas – somadas ao bucólico da paisagem. Pela manhã ouviam-se cantar as rodas dos carros, trazendo os lavradores da região. Chegava o padre. Repicava o sino na capela e, após a missa, havia a benção de todo o engenho, até os canaviais eram aspergidos. Tais festas de igreja, com novenas e fogos, davam ocasião para encontros e reuniões, raros na cidade. O viajante inglês Henri Koster lembra que os jovens se encontravam também em passeios a cavalo, palestras, em casas conhecidas, onde, à noite, havia dança e jogos de sociedade. Nas igrejas vozes femininas eram secundadas por instrumentos de sopro, violas e piano tocado por moços de boas famílias. Tal como em São Paulo, no Recife tocava-se por vezes “músicas de marcha e contradanças”, para escândalo dos estrangeiros, no mesmo do templo. Durante as festas de fim de

ano, moças e rapazes ficavam dispersos entre Poço de Pancla, Monteiro, Caxangá, Benfica, Ponte de Uchoa e mesmo Olinda.

No olhar crítico de nosso conhecido padre Perereca, as meninas, chegado esse tempo, não cuidavam senão de vestidos em moldes modernos, mangas largas – as bujarronas – fitas, xales e lencinhos. Os banhos tinham de ser perfumados, com o conteúdo de frasquinhos, para atrair pretendentes. Os rapazes, por sua vez, cortavam os cabelos “à sagüi” ou à escocesa, apertavam-se em jaquetas e casacas. E tudo isso para quê? Eis a explicação:

[...] míseros cavalos de aluguel ou emprestados vão chorando as cruelíssimas chicotadas e esporadas que têm que gramar, pois um gamenho que vai montado quer que o pobre cavalo também namore [...]. Sujeito há que, em uma tarde, vai cinco a seis vezes do Recife ao Monteiro, por exemplo, só para passar pela porta de sua deusa, que lá está grudada na janela.

Na cidade, o “Clube Pernambucano” animava as noites e não eram incomuns as sessões no teatro Santa Isabel, onde as “musas” se desafiavam e poetas, como Tobias Barreto, exaltavam as divas de preferência. Colunas de jornais informavam sobre namoros e as noites de lua iluminavam serenatas, bailes de formaturas, *soirées*, concursos, namoros e *flirts*. A arrogância da juventude ia vencendo antigos hábitos e o ruído, a vivacidade, as vibrações agitavam os salões recifenses.

Na Bahia, Maximiliano, príncipe da Áustria, vira a gente fina da antiga capital do Brasil circulando: os homens de roupas escuras, ou em cadeirinhas ou ao trote de mulas, e as damas pálidas, nas horas do pôr-do-sol, soltos os negros cabelos, debruçadas nas sacadas ou reclinadas em cadeiras de balanço, nas varandas floridas, à espera de elegantes cavalheiros. Clubes de dança e música reuniam a fina sociedade da capital baiana em festas de grande concorrência. A “Recreativa” e a “Phileuterpe” ofereciam bailes famosos.

Nunca é demais lembrar ao leitor a situação de outras localidades do Nordeste: a sociedade fundamentada no patriarcalismo separava homem e mulher, ricos e pobres, sublinha a historiadora Miridan Knox. Entre as mulheres, podia-se ser “senhora ou dona”, a casada. Ou “pipira ou cunhá”, a concubinada ou amasiada. Ser filha de fazendeiro, bem alva, herdeira de escravos,

gados e terras era o ideal de mulher do sertão. Em região de mestiçagem, avós, preocupadas com o branqueamento da família, perguntam às netas em namoro firme: “Minha filha, ele é branco?”. Tão logo a menina fazia corpo de mulher, os pais começavam a preocupar-se com casamento. Casar com “moço de boa família e algum recurso” era o plano. Piqueniques organizados sob árvores frondosas serviam para atrair pretendentes entre fazendeiros. Nessas ocasiões, no Piauí, por exemplo, as moças trajavam-se com vestidos especiais de saias rodadas de cassa, organza e seda estampada e grandes chapéus de palha, às vezes importados de Florença, enquanto longos cabelos até a cintura eram atados com laços de veludo e gorgorão também importados. Festas e piqueniques eram comuns em julho, nas férias de fim de ano, quando irmãos traziam amigos e colegas, estudantes de cursos de Direito, do Recife, e de Medicina, da Bahia. E então, o encontro diário, por dias a fio, bailes nos fins de semana, os passeios a cavalo em belas montarias, banhos de rios e açudes propiciavam os primeiros passos do namoro.

A piauiense Amélia de Freitas relatava o início do namoro com o juriconsulto Clóvis Beviláqua, em um desses banhos de rio. Clóvis, amigo dos seus irmãos, João Alfredo, futuro bacharel em Direito, e de Otávio, futuro médico “das doenças de africanos” – todos estudantes no Recife – acabou salvando-a de um quase afogamento. Amélia casou-se com Clóvis em 5 de maio de 1883. Mas o namoro fora cercado de regras.

A filha mais velha devia casar-se primeiro, como contou a própria Amélia. Além disso, o casal pouco se encontrava, evitando os contatos sexuais antes das núpcias, em uma época em que a virgindade da moça era vista como condição básica para o matrimônio. A noção de que a conquista e o galanteio tinham de partir do rapaz, a certeza de que o marido nem sempre seria o rapaz mais desejado, e sim o possível em um mercado matrimonial relativamente restrito pelos pais, impunham à mulher a condição de aceitar com resignação o par imposto pela família.

O mesmo hábito do beliscão, herdado dos portugueses, sobrevivia no universo amoroso do sertão nordestino, como atestam versos cantados de autores populares, como Antônio Francisco dos Santos, conhecido como o Cão de Dentro, ao fim do século XIX:

[...]

dê um beijo no pescoço,  
 de um beliscão na pá,  
 de um abraço arrochado,  
 que faça as junta istralá,  
 quando o dia amanhece,  
 tem tudo o que precisá,  
 tudo o que pedi a ele,  
 ele não diz que não dá.

Livros de genealogia mostram o entrelaçamento de sete famílias piauienses, emaranhadas em um cruzamento consanguíneo. Muitos casamentos impostos ocasionaram problemas mentais nos descendentes. Na família dos barões de Goicana, de Pernambuco, também a endogamia foi praticada à larga, não faltando descendentes epiléticos. Moças que se casaram sem consentimento ou benção foram excluídas das redes de sociabilidade familiar e isso era considerado grave afronta ao grupo. Moças de elite eram casadas debaixo de cuidados o mais cedo possível, pois, se passasse de 25 anos, seria considerada “moça-velha”, “moça que tinha dado o tiro na macaca”, ou moça que chegara ao “caritô”.

Casamento considerado “de bom gosto” era acompanhado de longa festança que durava vários dias. Mandava-se vender algumas vacas para a obtenção do dinheiro para a celebração, a casa era caiada e se faziam alguns reparos para abrigar parentes que viriam de longe. Os músicos eram contratados para o baile e havia senhores muito ricos, como Simplício Dias da Silva, que contava com uma banda de músicos escravos. Era, então, montada uma estrutura para a realização da boda. Comadres ajudavam no aviamento das roupas, dos chapéus e na compra dos tecidos. A festa era motivo de conversa, de troca de idéias, nas tardes em que as senhoras sentavam para bordar em conjunto a roupa da noiva. Esbanjava-se comida, mesmo sendo o sertão pobre e excluído da economia de exportação. Multiplicavam-se quitutes em uma festa em que a ostentação devia emudecer os rivais. O prestígio de uma casa era revelado pela variedade de carnes de “criação” sobre a mesa – leitão, bacuri, gado, galinhas-d’angola, perus, capão, marrecas. Os parentes ajudavam cevando leitões que engrossariam a comezaina. Casamentos realizavam-se em maio, junho e julho, meses mais frescos, de fins d’água e de muita fruta para as compotas e os doces.

Casamento de mulher pobre e de escrava não envolvia dote, nem acerto de família, mas era um valor: “O casá é bom / Coisa mió não há / Uma casa, dois finho / Boa terra pra prantá”, reza o dito popular. Pagodes, festanças do gado,

festividades religiosas eram espaços anuais quase únicos de encontros e casamentos. Segundo a tradição, matuto só casava quando tinha uma roupa domingueira, um cavalo para o começo da vida e uma modesta casa de palha. Pedir a mão da moça antes de ter essas coisas seria receber um não, na certa. Mesmo porque matuto não gosta de morar com outra família do cunhado ou da sogra. A mulher muito bonita despertava desconfiança, pois podia incentivar desejo de outros homens e conseqüente traição. A quadrinha sertaneja aconselhava:

Bezerro de vaca preta  
onça-pintada não come  
quem casa com mulher feia  
não tem medo de outro home.

A tradição oral, por sua vez, serve para observar as representações sobre casamento nesses grupos. Casar filhas era sinônimo de dar “carga para os burros”. Casar filho, “dar burro para carga”.

O outro risco, nesses grupos, era o de “cair no mundo”: “Um casaram, foram morar longe, outras caíram no mundo”, conta Sinhá-Moça sobre as escravas forras e trabalhadoras livres de seu engenho do Oiteiro. E não faltavam iaiás que castigavam as jovens, admoestando “Apanha, negrinha, para teres ‘tremenha de gente’ e mais tarde não caíres no mundo!”

Havia um alto nível de violência nas relações conjugais no sertão. Não só violência física, na forma de surras e açoites, mas a violência do abandono, do desprezo, do malquerer. Os fatores econômicos e políticos que estavam envolvidos na escolha matrimonial deixavam pouco espaço para que a afinidade sexual ou o afeto tivessem peso relevante nessa decisão. Além disso, mulher casada passava a se vestir de preto, não se perfumava mais, não mais amarrava seus cabelos com laços ou fitas, não comprava vestidos novos. Sua função era ser “mulher casada” para ser vista só por seu marido. Como esposa, seu valor perante a sociedade estava diretamente ligado à “honestidade” expressa em seu recato, pelo exercício de suas funções no lar e pelos numerosos filhos que daria ao marido. Muitas mulheres de 30 anos, presas ao ambiente doméstico, sem mais poderem passear – “porque lugar de mulher honesta é no lar” –, perdiam rapidamente os traços da beleza, deixando-se ficar obesas e descuidadas, como vários viajantes assinalaram. Mulheres abandonadas por maridos que buscaram

companheiras mais jovens sempre houve em todo o mundo, mas fatores específicos do Nordeste, como o desequilíbrio demográfico nas regiões interioranas, ocasionaram um mercado matrimonial desvantajoso para um número muito grande de mulheres cujos maridos deixavam o sertão para ir trabalhar nas cidades litorâneas. Homens de prestígio e de boa situação social sempre tiveram a chance de constituir mais de uma família.

As mulheres jovens, sem bens e que não haviam conseguido casamento em uma terra de estreito mercado matrimonial, encontravam no homem mais velho, mesmo casado, o amparo financeiro ou social de que precisavam. Mesmo sendo “a segunda ou terceira esposa do senhor juiz”, o poder e o prestígio dele ajudavam-na a sobreviver. Ser amásia ou *cunhã* de um homem importante implicava galgar degraus, ganhar *status* econômico que não existiria de outra maneira. É certo que se exigia dela ser conhecedora “do seu lugar”, com comportamentos adequados e comedidos, mas, ainda assim, a *pipira* gozava de respeito.

Em seu livro de viagem pelas províncias do norte brasileiro entre 1836 e 1841, o botânico inglês George Gardner especula que a causa principal dessas relações extraconjugais estivesse na “moralidade baixa” dos moradores do sertão. Devemos levar em conta que ele estava se baseando em ideais morais europeus. A escravidão e as relações sociais nos grupos patriarcais no Brasil moldaram outra realidade. Formou-se, assim, uma ética que legitimava os sentimentos e a sexualidade vívidos em famílias não oficiais. Apesar da variada vida social que vamos encontrar do Nordeste ao Sul, a fase em que o par devia estabelecer os primeiros laços afetivos foi dada como inexistente no Brasil. Acreditava-se – o que não estava longe da verdade – que familiares ou tutores conservavam em suas mãos as resoluções cruciais sobre a vida de qualquer jovem mulher. Sob esse regime, era difícil compreender, como declara um norte-americano, “como os cavalheiros adquirem suficiente intimidade com as moças para formar as bases do casamento”. Não havendo liberdade de eleição do futuro esposo, também o namoro parecia dispensável. Uns percebiam essa lacuna como produto de restrições a que estavam sujeitas às mulheres em geral, e as solteiras, mais do que as casadas.

Há, por outro lado, evidências de um conjunto de práticas cujas raízes já se encontravam na sociedade portuguesa do século XVIII e que aponta para formas



de namoro feito de jogos furtivos com lenços, leques e chapéus. Namoro calado, mas cheio de sinais. Foi no uso dessa linguagem amorosa que jovens pernambucanos foram comparados a hábeis “amantes turcos”, levando a viajante inglesa Maria Graham a observar: “Frequentemente um namoro é mantido dessa maneira e termina em casamento sem que as partes tenham ouvido as respectivas vozes. Contudo, o hábito comum é combinarem os pais as bodas dos filhos sem levar em conta senão a conveniência financeira”.

### Na garupa! Seduzidas e raptadas

Muitas vezes o namoro não aprovado pelos pais encorajou o rapto da moça pelo pretendente. Os jornais brasileiros do meado do século XIX – quem conta é Gilberto Freyre – estão cheios de notícias sobre o assunto. Eram moças a quem os pais não consentiam o casamento e afirmavam seu direito de amar, independentemente das situações de raça, dinheiro ou credo. Segundo ele, essas fugas de novela marcam o declínio da família patriarcal e o início da família romântica. Nela, a mulher começava a fazer valer seu desejo de sexo e de querer bem.

As fugas viravam notícia de jornal, como salienta um redator do *Diário de Pernambuco* em artigo:

De tempos a esta parte têm se tornado frequentes entre nós os casamentos pelo rapto e acompanhados de tanta imoralidade que espantam e fazem tremer aqueles que olham para a família como o fundamento da sociedade. Moças e até moços têm havido que, sendo menores, são raptados das casas de seus pais e daí a pouco estão casados sem a intervenção do consentimento paterno.

O mesmo jornal noticiava em 28 de agosto de 1854:

Mais um rapto teve lugar na madrugada de 20 do corrente. Dizem-nos que ao sair da missa do Livramento foi uma moça violentamente raptada do braço do seu pai, sendo o pretendente acompanhado de alguns auxiliares para o bom êxito de sua diligência como sucedeu [...] a sorte das famílias torna-se cada vez mais precária.

Em Niterói, uma jovem fora levada de casa. Na Bahia, o raptor era religioso: frei Teodoro da Divina Providência.

O rapto era consentido pela moça sob promessa de casamento da parte do raptor. Muito comum era ambos fugirem à noite, a cavalo; ela montada na garupa, de banda, a cabeça amarrada com um lenço, na certeza da futura aliança. O noivo poderia não ter relações sexuais com ela, depositando-a, a seguir, na casa de uma pessoa importante ou na do juiz da localidade vizinha ou da mesma cidade, onde já se combinara asilo. A moça mandava avisar a família: só sairia de lá casada. Os pais não tinham alternativas. Faziam o casamento sem ser “de gosto”, no dia seguinte; sem festas, sem proclamas. A honra da moça e da família seriam prejudicadas se não houvesse o casamento. Essas soluções foram favorecidas pela intrusão do “juiz de paz” em zona, sublinha Freyre, outrora dominada pela justiça do patriarca da casa-grande. Intrusão, portanto, na justiça do senhor de terras e do grande fazendeiro.

Rapto ou sedução, como os parentes julgavam na época, trazia contrariedades quando o noivo fugia. O pai interpelava o sedutor e o obrigava a casar. A moça raptada que não casou virava “mulher perdida”. E o rapaz que raptasse alguém e não casasse estava sujeito às sanções da sociedade: seria considerado indigno, “roubador da honra”, era expulso da região ou podia ainda ser assassinado ou “capado”. A vingança era executada por parentes da ofendida e eram comuns as vinditas encomendadas a matadores profissionais. O número de fugas de jovens enamorados foi grande no Piauí, conta Miridan Knox, confirmando a intuição de Freyre: casos e anedotas procuravam dar conta de raptos que ocorriam como uma reação aos casamentos impostos pelos pais. O escolhido pela noiva era sempre alguém de fora da família ou da oligarquia. E não um tio velho ou um primo sem atrativos, tantas vezes empurrados para cima das sinhazinhas. Em nossos sertões tínhamos os mesmos problemas de Julie!

A possibilidade teórica de escolha mais livre do cônjuge apareceu em 1813, quando se reduziu a maioridade de 25 para 21 anos. O progressivo aumento da idade mínima para casar – de 12 anos para mulheres e 14 para homens para 14 e 16, respectivamente, em 1890, e 16 e 18 anos em 1916 – passou a oferecer melhores condições para os jovens contestarem casamentos forçados. A fuga e o rapto podiam, sim, significar idéias de liberdade, mas também podiam desobrigar uma festa cara, pois havia pais que não conseguiam seguir a regra de gastar o que tinham e o que não tinham nas bodas!

Palavras como *maître coiffeur* – cabelereiro – ou *maître tailleur* – costureiro –, professores de dança e de desenho, passam a freqüentar o vocabulário. Dos homens elegantes, diziam-se que “iam à inglesa”, portando casacas, coletes e calções. Os malvestidos eram os “jarreta”. Os decotes tinham-se aprofundado e seguiam a moda Império, que ditava o envolvimento das curvas femininas nas pregas dos vestidos. Havia uma obsessão entre ambos os sexos pela lingerie: branca, perfumada, abundante, vinda direto de Paris, ou comprada na capital, na loja de Madame Coulon ou Madame Creten. E as novidades da moda parisiense conviviam nas ruas com as saias rodadas e coloridas, como as pintadas por Carlos Julião, na centúria anterior, tudo coberto pela sombria mantilha escura, atrás da qual as mulheres escondiam o rosto, mas tornavam os olhares mais incandescentes, segundo os viajantes estrangeiros.

Quanto a tais amores de mantilha, conta-nos um observador estrangeiro:

O antigo traje nacional das mulheres brasileiras desapareceu. Só aquelas das baixas camadas do povo ainda se servem da mantilha ou do grande xale preto, que levam sobre a cabeça, com a ponta rendada tapando meio rosto, o que serve para realçar os lindos olhos à custa do resto do corpo. Vê-se de vez em quando uma esbelta mulata que sabe usar a mantilha com graça. Fora disso, somente negras e velhas escondem assim seus murchos encantos. Nas Províncias, é diferente. Nenhuma mulher sai à rua sem cobrir-se com o véu. A imaginação sente-se singularmente excitada quando a gente vê essas figuras semelhantes às freiras, envoltas totalmente num manto preto, das quais mal se percebem o pezinho delicado e elegantemente calçado, um braço torneado e furtivo, carregado de braceletes e um par de olhos, cujo vivo fulgor as rendas não conseguem cobrir, movendo-se com leveza e graça sob os trajes pesados.

Era a velha fórmula: o que mais se esconde, mais se quer ver.

Observamos aí todo o peso do orientalismo, em moda na Europa; a presença do romance ou da pintura, introduzindo a figura da sedutora odalisca. O fascínio de um olhar camuflado ou do pezinho da misteriosa criatura funcionava como uma isca para o desejo. Mulheres cobertas por véus aguçavam a curiosidade e o apetite masculino, apetite, contudo, sempre vincado pela preocupação com a situação econômica e de classe. Tais beldades, segundo o mesmo narrador, envolvidas em tecidos que flutuavam em torno de seus cachos, adornadas com



Nesse *Estudo de Mulher*, todo o ideal feminino: ancas largas, traseiro bem fornido, pés pequenos e cabelos negros.

laçarotes de cetim, trajando meias de seda, corpetes bordados, enfim, todo o luxo ornamental, se compraziam em elaborados e “variadíssimos jogos”, em que o leque era o instrumento de comunicação. Na imaginação do autor, o vaivém do leque batia no compasso da atitude de abandono dessas ninfas recostadas à maneira oriental, com os vestidos de cassa, pouco cobrindo “ombros carnudos”. Enfim, o leque convidava-o a se aproximar. De todas? Não. Mulheres cuja pobreza as obrigava a usar lençóis, no lugar de mantilhas de renda, não inspiravam as mesmas considerações poéticas.

A aparência, segundo Gilberto Freyre, dizia muito sobre homens e mulheres no sistema patriarcal em que se vivia. O homem tenta fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela, o belo. O culto pela mulher frágil, que se reflete nessa etiqueta e na literatura e também no erotismo de músicas açucaradas, de pinturas românticas; esse culto pela mulher é, segundo ele, um culto narcisista de homem patriarcal, de sexo dominante que se serve do oprimido – dos pés, das mãos, das tranças, do pescoço, das ancas, das coxas, dos seios – como de alguma coisa quente e doce que lhe amacie, excite e aumente a voluptuosidade e o gozo. Nele, o homem aprecia a fragilidade feminina para sentir-se mais forte, mais dominador.

Todo o jogo de aparências colaborava para acentuar a diferença: a mulher tinha de ser dona de pés minúsculos. Seu cabelo deveria ser longo e abundante preso em penteados elaboradíssimos para fazer frente a bigodes e barbas igualmente hirsutos. Homem sem barba era maricas! A cintura feminina era esmagada ou triturada por poderosos espartilhos, acentuando os seios aprisionados nos decotes – o peito de pomba – e o traseiro, aumentado graças às anquinhas. Uma tal armadura era responsável, segundo os médicos mais esclarecidos, por problemas respiratórios e hemoptises, ajudando a desenhar a figura da heroína romântica, “a pálida virgem dos sonhos do poeta”, doente do pulmão. A complicação das roupas tinha um efeito perverso: suscitava um erotismo difuso que se fixava no couro das botinas, no vislumbre de uma panturrilha, em um colo disfarçado sob rendas.

A acentuada diferença nos papéis matrimoniais não escapava aos mais observadores, como a professora francesa Adèle Toussaint-Samson.

[...] quando o brasileiro volta da rua, reencontra no lar uma esposa submissa, que ele trata como criança mimada, trazendo-lhe vestidos, jóias e enfeites de toda espécie; mas essa mulher não é por ele associada nem aos seus negócios, nem às suas preocupações, nem aos seus pensamentos. É uma boneca, que ele enfeita eventualmente e que, na realidade, não passa da primeira escrava da casa, embora o brasileiro do Rio de Janeiro nunca seja brutal e exerça seu despotismo de uma maneira quase branda.

Já em 1830, o pintor e desenhista Jean-Baptiste Debret nota um refinamento nas maneiras, lembrando que “[...] não era raro se verem as filhas de um simples funcionário distinguir-se pela dança, a música e algumas noções de francês, educação que as fazia brilhar nas festas e lhes dava a possibilidade de um casamento mais vantajoso”. A abertura dos portos em 1808 fez que, de terras estrangeiras, viessem modas e enfeites. Não faltavam, contudo, espíritos conservadores, como o do funcionário público português Joaquim dos Santos Marrocos que, ao escrever ao pai sobre a mulher escolhida para casar, a descreve como uma esposa modesta e simples, sem hábitos mundanos que eram o atributo das elegantes: “[...] não é rigorista de modas; não sabe dançar nem tocar; não serve de ornato à janela com o leque e o lenço, não sabe tomar visitas à sala, nem discorrer sobre guerras”. Ou seja, os modismos trazidos por europeus não influenciavam todos os grupos e, menos ainda, decidiam, entre outros tantos, critérios matrimoniais.

#### Pés e mãos: objetos de desejo

Se quase todos procuravam melhorar ou se enfeitar para casar, não faltavam na época critérios de beleza. Partes do corpo, sexualmente atrativas, designavam, entre tantas jovens casadoiras, as mais desejadas. Esses verdadeiros lugares de desejo, para não dizer de obsessão dos leões, gaviões ou gamenhos, atualmente não fazem o menor sucesso. Do corpo inteiramente coberto da mulher o que sobrava eram as extremidades. Mãos e pés eram os que mais atraíam olhares e atenções masculinas. Grandes romances do século XIX, como *A pata da gazela* ou *A mão e a luva*, revelam, em metáforas, o caráter erótico dessas partes do corpo. Mãos tinham de ser longas e possuidoras de dedos finos acabando em unhas arredondadas e transparentes. Vejamos José de Alencar descrevendo uma

de suas personagens, a Emília: “Na contradança as pontas de seus dedos afilados, sempre calçados nas luvas, apenas roçavam a palma do cavalheiro: o mesmo era quando aceitava o braço de alguém”. Não apenas os dedos eram alvo de interesse, mas seu toque ou os gestos daí derivados revelavam a pudicícia de uma mulher. O ideal é que estivessem, sempre, no limite do nojo ou da repugnância por qualquer contato físico.

Pequenos, os pés tinham de ser finos, terminando em ponta; a ponta, era a linha de mais alta tensão sensual. *Faire petit pied* era uma exigência nos salões franceses; as carnes e os ossos dobrados e amoldados às dimensões do sapato deviam revelar a pertença a um determinado grupo social, grupo no interior do qual as mulheres pouco saíam, pouco caminhavam e, portanto, pouco tinham em comum com escravas ou trabalhadoras do campo ou da cidade, donas de pés grandes e largos. Os pés pequenos, finos e de boa curvatura, modelados pela vida de ócio, eram emblema de “uma raça”, expressão anatômica do sangue puro, sem mancha de raça infecta, como se dizia no século XVIII. Circunscrita, cuidadosamente embrulhada no tecido do sapato, essa região significou, muitas vezes, o primeiro passo na conquista amorosa. Enquanto o príncipe do conto de fadas europeu curvava-se ao sapatinho de cristal da Borracheira, entre nós os namoros começavam, como já vimos, por uma “pisadela”, forma de pressionar ou de deixar marcas em lugar tão ambicionado pelos homens. Tirar gentilmente o chinelo ou descalçar a *mule* era o início de um ritual no qual o sedutor podia ter uma vista do longo percurso a conquistar. Conquista que tinha seu ponto alto na “bolina dos pés”, afagos que se trocavam nessa zona altamente sensível.

Paixões originais, excêntricas e conturbadas nasceram em torno dessa extremidade, inspirando até a crônica da época. Em suas *Memórias da Rua do Ouvidor*, Joaquim Manuel de Macedo relembra a do ruivo comerciante inglês, Mister Williams, pela provocante costureira francesa, Mademoiselle Lucy, no início do século XIX. O herói da história é, contudo, o pé. Depois de alguns arrufos capazes de apimentar o romance, Alencar nos informa:

O inglês estava furioso; mas apesar da fúria, na lembrança lhe ficara o pé de Mlle. Lucy. Não era pé verdadeiramente francês, era-o antes de espanhola, ou melhor, de brasileira: pé delgado, pequenino e de suaves proporções. Realmente Williams não tinha sapatinhos para aquele pé mimoso na sua loja de calçado inglês. E a convicção de que não havia *miss*, nem *lady*, que não havia, enfim, inglesa que tivesse pé como aquele de Mlle. Lucy mostrara, exarcebava a cólera de Williams.

Mas o lindo pé da costureira francesa ficara na memória, e encantadora e infelizmente representado nu, branco, delgado, pequenino e delicado na imaginação do pudico e severo inglês...

Os homens adoravam os pés de suas amadas. Luís Guimarães Júnior, poeta, cantava os da sua:

Meigos pés pequeninos e delicados  
 Como um duplo lilás – e se os beija-flores  
 Vos descobrissem entre as outras flores  
 Que seria de vós, pés adorados  
 Como dois gêmeos silfos animados  
 Vi-vos ontem pairar entre os fulgores...  
 Do baile ariscos, brancos, tentadores

O culto ao pé, que hoje pode parecer sem pé nem cabeça, era uma devoção poética e amorosa naqueles tempos. Álvares de Azevedo descia de sapateiro a sapato: “Meu desejo era ser o sapatinho que o teu mimoso pé no baile encerra”. José de Alencar, em *A pata da gazela*, de 1855, devaneava embevecido depois de ver em um baile certa dama que dançava

[...] roçando apenas a terra com a ponta de um pezinho mimoso, calçado com o mais feiticeiro sapatinho de cetim branco; um bonito pé é o verdadeiro condão de uma bela mulher! Nem me falem em mãos, em olhos, em cabelos, à vista de um lindo pezinho que brinca sob a orla de um elegante vestido, que coqueticeia voluptuosamente, ora escondendo-se, ora mostrando-se a furto. Se eu me quisesse estender sobre a superioridade de um pé, ia longe; não haveria papel que me bastasse.

Junto com o fascínio dos dedos alongados e dos pés pequenos, o século XIX introduzirá outro: o do beijo capaz de transfigurar, de metamorfosear. Beijo que Julie, a heroína do mencionado romance de Rousseau, concede a seu enamorado, inaugurando, na literatura, a idéia de que essa experiência pudesse traduzir um choque elétrico, um passo para o abismo. A surpresa desse beijo rápido, descozido, em desordem, mas cheio de efeitos, atravessa o Atlântico para molhar a pena de Machado de Assis. Ele também capaz de descrever o beijo-surpresa, beijo capaz de dar poder àquele que o concede, constituindo um dos fundamentos da sedução neste período. Em *Dom Casmurro*, há uma troca de beijos entre Capitu e



Bentinho, ainda adolescentes. Era o beijo substituindo a linguagem, quando as palavras diziam não e os lábios, sim. O primeiro beijo ainda era mais romântico do que a “bolina dos pés”.

## Casamentos arranjados, casamentos por interesse

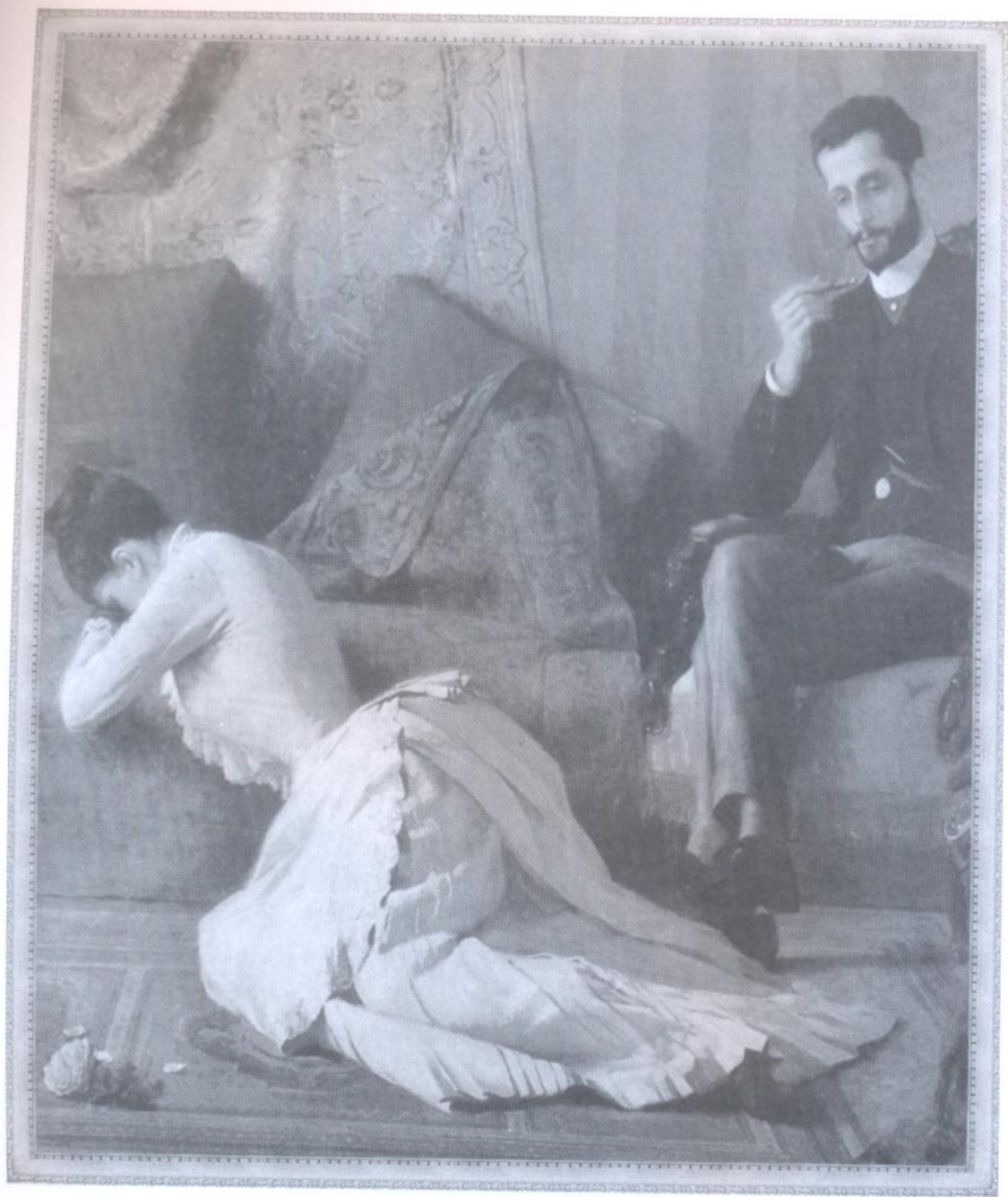
Apesar dos espaços de encontros se terem multiplicado, embora jovens pudessem se conhecer, trocar emoções e mesmo “namorar” – palavra que não tinha, na época, o mesmo sentido que lhe emprestamos mais tarde –, os motivos do casamento continuavam a passar longe do coração. Embora o excessivo ciúme levasse ao crime, e o amor e a saudade fossem tema constante das canções, nas classes média e alta rígidos códigos barravam a espontaneidade dos gestos.

Uma personagem de José de Alencar retrata fotograficamente essa tradição. É Aurélia Camargo, mencionada na página 119. Lembro ao leitor que nesse romance a protagonista compra o marido. Esse, por sua vez, se deixa comprar porque havia dilapidado o pouco dinheiro da família, comprometendo o dote da irmã mais nova. Sem dote, ela não se casaria. Por ser rica, muito rica, herdeira de mil contos de réis, Aurélia impõe-se a um mundo que só se move nas malhas do dinheiro acumulado na mais burguesa das atividades – o comércio. Vemos, assim, como Alencar transfere a noção de pompa e aristocracia para os salões da burguesia enriquecida. E é ele a nos contar como se negociavam os casamentos: Seixas, futuro marido de Aurélia, é convidado a jantar em um domingo na casa de seu amigo e associado. Enquanto fumava um delicioso havana – como todo “leão” que se prezasse – Amaral senta-se ao seu lado e “sem preâmbulos, nem rodeios, à queima-roupa” – conta-nos Alencar – “ofereceu-lhe a filha com um dote de trinta contos de réis. Seixas imediatamente aceitou...”. Alencar conclui sobre o assunto, “não ia além de um casamento de conveniência, cousa banal e freqüente, que tinha não somente a tolerância, como a consagração da sociedade”. Comprado uma primeira vez, Seixas o será, uma segunda, por Aurélia, a quem amava e a quem renunciara por causa dessa primeira proposta em tempos que sua amada ainda não era rica. Espezzinhado, humilhado e jogado de um lado para o outro, Seixas paga com juros o fato de ter abandonado a mulher que amava por um dote para sua irmã. Depois do sofrimento de ambas as partes, a felicidade impera no fim.

O conflito que desenha o romance opõe, de um lado, Aurélia com sua riqueza e, de outro, os caçadores de dotes de plantão. Não estão em jogo qualidades pessoais subjetivas de qualquer dos lados. O que há são qualidades subjetivadas no dinheiro que medeia as relações sociais. Condenada a casar-se, Aurélia tem de fazer sua própria política matrimonial, explica o teórico da literatura Luís Filipe Ribeiro. Quanto aos casamentos arranjados, lembra o mesmo autor, eles são vagamente descritos e, em nenhum momento, sua imagem é erotizada. Um casamento preparado e refletido é tudo menos paixão e sentimento. O corpo material não entra nesse tipo de raciocínio e muito difusamente surge a idéia de uma felicidade capaz de inundar-lhe o ser. Com honrosas exceções em alguns grupos da elite, a mentalidade das relações familiares e sociais era profundamente marcada pelo ambiente rural que predominava até então. Uma rede de solidariedades, deveres e obrigações mútuas a consolidava. O consentimento dos mais velhos continuava abençoando as uniões e cabia ao pai decidir e determinar o futuro dos filhos sem lhes consultar, “de sorte que” – explica o escritor Alcântara Machado – “casamentos se fazem às vezes sem que os nubentes se tenham jamais visto”, sendo comum a união de parentes para preservar fortuna e linhagem. Na documentação desse período, mais e mais o historiador encontra elementos que atestam a ausência de amor como origem dos casamentos e mais e mais encontra indícios de que a escolha dos pais era ditada pelo temor de que uma nora escolhida fora do grupo viesse a desestruturar os bens de uma família. Ou sua honra. A reputação de uma esposa “pura” era de fundamental importância nos jogos de poder.

#### Matrimônio: um contrato social

Por falar em matrimônios, entre as elites brancas, eles eram, sobretudo, atos sociais de grande importância. Em São Paulo, por exemplo, comerciantes portugueses passam a ter acesso às famílias tradicionais, permitindo a rápida integração de “alfacinhas” à área de influência política ou econômica dos sogros. Testamentos revelam tensões entre pais que viam seus filhos contrariá-los ao casar por amor. Vêem-se, também, instantâneos de noras e genros premiados por tratar



A rosa despedaçada, a jovem vestida com anquinhas e esmagada pela espartilho, o rapaz que olha, sonhador, a fumaça do charuto: cenas de um desentendimento. Ele controlado. Ela em lágrimas.

bem os sogros, possuidores de dinheiro. Longe de fazer diminuir tal hábito ou em vez de promover o enfraquecimento das relações familiares, a vida urbana reforçou-as. Era mais fácil encontrar-se ou trocar visitas na cidade. Quando de sua viagem ao Nordeste nas primeiras décadas do século XIX, o inglês Henry Koster observou, também, as mesmas características vistas em São Paulo. Ou seja, enorme cuidado na manutenção de grupos do mesmo nível econômico e social.

E o quadro mudava, contudo, entre os humildes? Carinho e amor são aspectos relevantes nos casamentos de pobres e libertos. Talvez, por isso, essas uniões não se desfizessem com facilidade. Os padrões de moralidade eram mais flexíveis e havia pouco a se dividir ou oferecer em uma vida simples. Estudos feitos sobre o recenseamento populacional de São Paulo, em 1836, revelam que os dados sobre a população casada não deixam sombra de dúvida: as uniões legítimas comumente ocorriam entre pessoas do mesmo grupo social. Brancos, pardos e negros casavam mais entre si e, do mesmo modo, livres, escravos e libertos. Grande parte da população vivia em concubinato, da mesma forma que já observamos no período colonial.

Entre pequenos comerciantes, artífices e trabalhadores livres, as formas de coabitação e de formação de famílias obedeciam às exigências da divisão de trabalho e da preservação de grupos mais poderosos. Essa última razão fica clara no caso dos escravos. Havia famílias ricas que obrigavam as criadas do serviço doméstico a casar-se com seus homens de confiança, para dar continuidade aos serviços domésticos. Outras impediam casamentos para evitar que outros laços diminuíssem o valor de venda dos escravos ou sua produtividade e sujeição. Viajantes ou imigrantes estrangeiros procuravam, por sua vez, parceiros em sua própria comunidade. E isso ficou mais fácil com a liberdade de culto subvencionada aos protestantes, que podem, então, construir seus próprios templos a partir de 1824.

Também em São Paulo, o amor como estímulo para o casamento parece ter ocupado lugar de menor importância, aparecendo como consequência da vida cotidiana. Nos testamentos paulistas são mais comuns as referências à estima, à dedicação e à gratidão do que realmente amor, como o definimos em nossos dias. Entre ricos, a condição a que estava sujeita a mulher, com estreitas oportunidades de vida social, dificultava maior participação na escolha do par. Os raros contatos que precediam a cerimônia não ajudavam.

Em 1887, o viajante germânico Maurício Lamberg enfatizava o exagerado puritanismo da brasileira, como ele nunca vira em outro lugar. Um puritanismo ostentado como medalha de bom comportamento, sobretudo às vésperas do casório. E explicava:

Por exemplo, a nenhuma moça é permitido caminhar na rua sem ir acompanhada por um parente muito próximo. Não a pode acompanhar o próprio noivo, que, aliás, nos países anglo-saxônicos, o noivado dura às vezes anos, estabelecendo-se entre o rapaz e a rapariga relações que têm por base um amor ideal, aqui, pelo contrário, o noivado é a bem dizer curto, e o amor que chega por vezes às raias da loucura, parece vir mais do sangue do que da alma. Isto observa-se, aliás, na raça latina, em geral, cujo temperamento é diverso do nosso; e para isso influi, e não pouco, o clima, particularmente no Brasil.

Acreditava-se, desde há muito, que o calor das regiões tropicais aumentava a precocidade ou o desejo sexual. Lamberg lembrava, ainda, que amor e suas manifestações eram coisa de gente pobre ou se referiam às ligações ilegítimas. Pois só entre “baixas classes” não havia, segundo ele, cobiça, inveja ou ambição na escolha do par.

Os noivados, curtos e que nem sempre sucediam ao namoro, eram acompanhados de pouquíssimas entrevistas. Vejamos o que sobre isso nos contam as memórias do conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira. O quadro seria impensável nos dias de hoje. Em primeiro lugar, impressiona como o jovem recebe a notícia. Noivo de uma moça que nunca vira, de um dia para o outro, graças a uma proposta da marquesa de Valença, proposta aceita por seu pai e pela sobrinha da dita marquesa – a futura noiva –, Oliveira compromete-se no que considera uma união aceitável:

Estava eu muito doente de cama quando essa carta foi recebida, e foi minha irmã quem a leu. Eu pus-me a chorar, porque apesar de desejar e precisar muito me casar, e de parecer este casamento muito aceitável, lamentava a perda da minha liberdade e o peso que ia tomar sobre mim. Com efeito, entre meio-dia e uma hora, saí acompanhado pelo Souza Queiroz à casa de tio Luiz Antônio, onde morava minha noiva e onde estava hospedado o marquês de Valença, então Conde, com toda a sua família. Apareceu-me logo a minha noiva acompanhada pela Senhora Marquesa de Valença, com vestido de manga curta. Estendi-lhe a mão, apertei-lha e beijei-lha [...]. A minha noiva agradou-me e suas maneiras acanhadas



O ideal da família urbana e burguesa, cheia de filhos, sublinhava a diferença entre os papéis de homens e mulheres: ele, provedor e autoritário. Ela, econômica e dócil. Amor? Não... mas uma sólida amizade.

eram muito próprias da educação que tinha recebido e de sua posição. Achei-a somente mais alta do que esperava a vista das informações. Pediu-me o Marquês que aparecesse todos os dias antes do jantar e de noite para fazer a corte a minha noiva, enquanto não se marcava o dia para a celebração do sacramento que não devia tardar...

Após cinco vistas consecutivas na mesma semana, celebrou-se o casamento. Nesses raros momentos, confessa o conselheiro, ele procurara conversar e ser amável com a futura esposa, sem que tivesse a chance de estarem a sós. Em cada encontro, testemunhas se encarregavam de breçar toda e qualquer intimidade. A vigília sobre os noivos deveria determinar a posição social da noiva, a qual tinha de se portar diferentemente de suas contemporâneas, pertencentes às camadas subalternas, para quem brincadeiras amorosas e mesmo sexo eram tolerados antes do casamento. As bodas foram realizadas na casa da noiva, como era de costume, aos olhos de poucos convidados. Depois é que oficialmente se deu parte do casamento “a meia cidade de São Paulo e foram muito visitados”. O luxo e a ostentação da festa íntima em torno das núpcias confirmam a importância de valores então levados em conta. Vamos ouvir o noivo em carta a seu pai:

No dia 10 do corrente, casei-me com a sra. D. Isabel Augusta de Souza Queiroz com plena e geral satisfação. As 6 <sup>3</sup>/<sub>4</sub> da tarde tinha acabado a cerimônia. Assistiram apenas os parentes de minha mulher, todos em grande gala e o Perdigão Filho, por também ser sobrinho do Conde. O Conde estava com a sua Gran Cruz Dignitária fardão, etc. As senhoras ornadas de pérolas e brilhantes. A minha noiva vinha radiante de brilhantes: o meu retrato pendia-lhe ao colo de um rico colar de brilhantes, que fora de sua mãe; o cabelo era apanhado por uma rica flor de brilhantes, o véu por outra, ainda mais rica, além de brincos, anéis etc., tudo de brilhantes; as pulseiras eram pérolas com feixes de brilhantes. Tudo isto aqui está debaixo dos meus olhos, arranjado e guardado em sua competente caixa. Quando a sua filha Isabel apareceu, dirigi-me a ela e quando ia apertar-lhe a mão, na forma de costume, deu-me ela um rico solitário, cujo valor não sei, porém de certo vale mais de 600\$00 réis: este trago-o no dedo até hoje e era de uso de seu pai. O bispo deu a licença mais ampla que é possível até para recebermos as bênçãos da Quaresma, e tudo grátis e pediu desculpas, ou antes, mostrou-se muito sentido por não ter podido vir em pessoa fazer o ato, pois além de 81 anos está muito doente.



O uso de medalhões com retratos ou mechas de cabelos do ser amado eram comuns.



Registros de cerimônias de noivados e casamento são poucos. Aqui e ali, recolhe-se uma informação. O médico Manuel Peixoto de Lacerda Werneck, filho do barão de Paty do Alferes, para impressionar a noiva, menina viajada e poliglota, deu-lhe, no dia do noivado, um ramo de flores em meio ao qual pusera um anel de brilhantes. Do relato da viajante francesa Virginie Lcontine B. fica-se sabendo que os cortejos saíam de casa e com aparato dirigiam-se à igreja mais próxima. Os convidados, entre gente grávida, eram muitos. As roupas, segundo ela, ofuscantes de bordados, enfeites, cruzes e diamantes que adornavam os colos. As senhoras, em trajes de baile muito elegantes – baile que deveria ocorrer depois da benção nupcial – enchiam a nave. Não faltavam detalhes sofisticados: “Em certo momento quando o órgão soou as mais doces harmonias, o incenso se elevou do altar em nuvens aromáticas, do alto de uma galeria começou a cair uma chuva de pétalas de rosas sobre os esposos. Que idéia mais graciosa e tocante!” anotou a francesa em 1857. No dia do casamento da princesa Francisca com o príncipe de Joinville, um espectador anotou que todas as damas estavam vestidas à brasileira, com mantôs amarelos e verdes. “A princesa Francisca era a única vestida como mocinha francesa, toda de branco, sem mantô, com o véu branco e flor de laranjeira nos cabelos”. Havia pouca gente e as damas choravam de tempos em tempos. Depois da leitura da ata – ou seja, do contrato nupcial –, o barão de Langsdorff disse “a fórmula do casamento”: “Eu vos declaro unidos pelo matrimônio”, e passou-se à capelinha onde foi rezada uma missa.

Em certas regiões onde os costumes patriarcais eram fortes, conta Freyre, nos dias de casamento foi costume escancarar-se a alcova ou quarto dos noivos às vistas e até a visita do público, que podia admirar de perto o primor das sedas, das rendas, dos bordados das colchas, sentir o macio dos colchões, prever as doçuras nupciais que sobre eles teriam lugar depois das cerimônias e festas. Os padrinhos tornavam-se parentes dos pais dos noivos e a eles, os afillhados (ela e ele) deviam tomar a benção como tomavam aos pais, aos avós e aos tios. Deles esperava-se proteção no caso de faltarem os pais.

#### Julie nos trópicos

Outra história interessante sobre casamentos arranjados tem como personagem Luísa Margarida Portugal de Barros, futura condessa de Barral. Prometida ainda criança, estava destinada desde 12 anos, a Miguel Calmon du

Pin e Almeida, o futuro marquês de Abrantes. O episódio remete à história da heroína da novela de Rousseau, que tanto sucesso fez na Europa. Mas apresenta um final bem diferente, como veremos.

Há mais de uma carta do pai de Luísa, Pedra Branca, confirmando uma escritura de sponsais entre a menina moça e o já conhecido parlamentar, senador e ministro de Estado. Em uma delas, justificando-se, o pai explica: “convém, para a demora, acabar a educação e esperar, como está convencionado, aquele a quem ela deve unir-se”. Ele escreve de Paris, em 28 de setembro de 1828. Todo babão com os mimos da filha, punha água na boca do noivo:

Iaiá preenche o fim a que a propus, e é ganhar em conhecimento, em talentos, sem diminuir sua simplicidade, é mulher no corpo, na idade, no siso etc... é menina nos costumes. Sai da sala de tocar, dançar, conversar com senhoras e homens e vai brincar com a *poupée*; quando lhe falamos em negócio de casamento, ri ou corre e diz, deixem-me brincar enquanto é tempo disso.

Em fevereiro de 1829, Iaiá contava 13 anos, enquanto seu pai reescrevia a Calmon, dizendo-lhe que mostrasse as cartas trocadas para os que duvidassem do casamento: “a fim de que vejam que é negócio antigo, decidido, e não um jogo em que se muda de parceiro, quando a partida não vai a contento do outro”. A educação da menina, a estada de seu pai na Europa e a política, prendendo Calmon no Brasil, adiaram o enlace. Mas, afinal, chegou o tempo. Era 1835 e Luísa parecia querer escolher por si mesma. Em carta de Boulogne de 1836 contava envaidecida:

No inverno passado fui pedida em casamento por um belo rapaz que apaixonou-se por mim; para dizer-te a verdade (pois queres confidências) ele me agradava muito, mas o recusei. Era muito embaraçoso, aceitar na minha posição (afinal, estava noiva), mas me saí corretamente. Ele é francês e tem os mais belos olhos do mundo. Talvez eu tenha feito uma bobagem, mas tanto faz. Ele me garantiu que voltaria, assim que papai chegasse a Boulogne, para pedir novamente minha mão. Veremos. Você não o conhece e eu também não te direi seu nome.

Como Julie, sentindo-se presa ao compromisso que o pai assumira, ela recusa com pesar aquele pedido, esperando, contudo, a segunda investida

prometida pelo “belo jovem” que a encantara com os mais bonitos olhos do mundo. Ele era um dos vários pretendentes que disputavam sua mão na França. A 10 de março de 1837 ao escrever a um amigo, o marquês de Resende conta que, ao buscar a filha para vir casá-la com o prometido noivo Calmon, ela recuara. Sua resistência tinha razão de ser: “Desde a meninice criada na França, seus hábitos, suas relações e as afeições são da pátria da educação, e que do Brasil fracassam as memórias”. Ela não fala em amor, mas as razões não são outras. O pai não se conformava. E, desolado, escrevia ao recusado:

[...] sofreu muito e sofre ainda, mas o pai é guarda e conselheiro da filha, deve arredar-lhe os tropeços e não a constranger para o ato de que depende todo o porvir dela. Vários pretendentes se apresentaram e dentre eles o preferido foi o visconde Eugênio de Barral, nome que lhe foi dado por seu padrinho, o príncipe Eugênio e a imperatriz Josefina; ele é sobrinho do marquês de Beauharnais... tudo fala a seu favor, mas o sr. Barral não é brasileiro.

Triste e vexado Pedra Branca, vexado e triste Calmon, vitoriosos Luísa e seu Visconde! Só dois anos depois partiria Luísa para seus engenhos na Bahia. Em mais uma carta, ela confessa: “*je l’aime bien et il est très bon garçon*” (eu gosto muito dele, e ele é muito bom rapaz).

Ao contrário da personagem de Rousseau e do que costumava acontecer na vida real por aqui, Luísa não seguiu os desejos do pai. Casamentos obedeciam a regras estipuladas pela camada social da família, sem qualquer interferência das noivas. Casos como o da Barral foram, ao que tudo indica, exceções. A racionalidade das escolhas não era sequer disfarçada. Era mesmo explicitada como se vê na carta enviada por nosso já conhecido Joaquim Marrocos, em novembro de 1814, a seu pai:

Com efeito pus em prática a minha resolução e me casei com uma brasileira, por nome Ana Maria de S. Tiago de Souza, de idade de 22 anos, filha de José de Souza Mursa e de Francisca das Chagas de Santa Teresa; a mãe é brasileira mas o pai é natural de Vila de Mursa, na Província de Trás os Montes, gente muito limpa, honesta, abastada. Este homem vive atualmente de suas posses que juntou há muitos anos, em negócio para Lisboa e outros portos do Brasil; é conhecido e respeitado dos grandes personagens desta Cidade e é o único com quem contrai

amizade e a quem era sumamente obrigado por me valer nas ocasiões de minhas moléstias com o serviço de seus escravos, e com o préstimo de toda a sua casa. Os parentes dele são de Portugal; sua mulher tem boa descendência, por seu avô tenente-coronel e seu bisavô, mestre de campo; tem por linha transversal igual parentela com o primeiro médico do Hospital Real desta corte [...] vou concluir que Deus me fez o benefício de neste ponto me restituir o meu sossego; pois vivo em paz, em abundância, e com aquelas comodidades de que tanto precisava, com uma casa bem arranjada de tudo, e com escravos e outras conveniências, sem a menor despesa minha.

No caso dos casamentos dos freqüentadores da corte, as negociações entre as famílias exigiam intermediários e contratos estipulando condições de moradia e divisão de propriedade. A prática de comprometer a quem consideravam crianças, como Luísa Portugal de Barros, foi lamentada por estrangeiros. Além da ênfase na procriação, iniciada assim que a maturidade física permitia, o monopólio dos pais sobre os jovens se manifestava na urgência de fazer proveitosas alianças, tanto econômicas quanto políticas. Muito se viu de vizinhos ou parentes próximos, possuidores de terras vizinhas, casando filhos. Não faltaram casos de tios, que mais pareciam avôs, casando com sobrinhas. Embora não tenhamos tido um Rousseau, foram muitas as nossas Julies. Nos municípios rurais, o número reduzido da população restringia escolhas. Sobrava a parentela: cabia aos primos iniciar relacionamentos românticos, independentemente do interesse que pudessem significar para a família. Não faltavam ditados a prevenir contra tais riscos: “Os pombos e os primos são os que sujam a casa”.

Caía-se aí em outro problema que já vimos no Nordeste: a consanguinidade. Tais matrimônios eram tão comuns, ainda no século XIX – prolongando um costume que existia na colônia –, que os arquivos eclesiásticos fervilham de dispensas concedidas por bispos para unir primos e tios e sobrinhas. À revelia dos desejos da filha, os arranjos formulados pelos pais eram, por vezes, facilitados pela promessa “de diamantes, das rendas e das carruagens”; como em um conto de fadas! Outra conveniência, segundo um viajante, era o fato de que não seria exigido da jovem esposa dar total afeto ao futuro companheiro, justamente como acontecera com seus avôs. Ou com Julie. Assim casada, fechava-

se o círculo do matrimônio por conveniência e, conta-nos o missionário Kidder, “o marido passava a exhibir na Ópera a amável esposa que comprara”. Satisfeitas as exigências matrimoniais, ela era encerrada em uma torre onde os limites da educação impostos às mulheres e a indiferença afetiva, isolavam-na. Não era essa uma exclusividade do Brasil. A historiadora Tânia Quintaneiro, que estudou o problema em uma perspectiva comparatista, encontrou a mesma situação para a Inglaterra vitoriana.

De vez em quando, aparecia o par que quebrava a regra. Luísa e seu belo francês. Ou Maria Graham a rejubilar-se da realização de um determinado casamento na corte. Fazendo votos para que tais fatos se repetissem, ela acrescentava que entre nós, “o verdadeiro amor não tem autorização para correr livremente”. De seu ponto de vista, a Independência seria o marco que viria distinguir os costumes brasileiros dos portugueses, sempre tidos como conservadores. Reproduzo para o leitor um texto datado de 26 de setembro de 1826, onde se vêem muitos dos costumes que cercavam a celebração:

Um casamento na alta sociedade ocupa muitos dos faladores do Rio. Um fidalgo, oficial, que se distinguiu sob o comando de Beresford, D. Francisco, cujo outro nome me esqueci, teve a felicidade de obter a mão de uma das mais lindas netas da baronesa de Campos, Maria Loreto, cuja extraordinária semelhança com a nossa princesa Carlota de Gales é tal, que estou certa que nenhum inglês pode vê-la sem se impressionar com isso. Não é permitido aqui a nenhum solteiro comparecer a um casamento; a cerimônia se realiza na presença dos parentes mais próximos, desde que casados, de ambos os lados. A mãe da noiva comunica em seguida o fato à corte, se ela pertence a uma categoria que exija isto; depois do que, as senhoras visitam-na e começam a cumprimentar os outros membros da família. Dizem que este caso presente foi daqueles em que o senhor todo-poderoso nestas coisas, isto é, Cupido, teve maior papel do que geralmente se lhe permite no Brasil, mesmo depois da Independência. Realmente não é comum ver um par, de fato, tão belo. Estou contente com isso. Certamente que a livre escolha em um assunto tão importante é tão desejável quanto qualquer outro [...] na verdade, talvez não tenha havido agora refinamento bastante para florescer o delicado e metafísico amor da Europa, que por ser mais racional e mais nobre que todos os outros, é menos facilmente desviado para outros canais. Grandison e Clarissa não poderiam ser escritos aqui; mas penso que em breve tempo devemos procurar a prudente e polida moral de Belinda.

## De príncipes e sapos ou da arte de engoli-los...

Charles Grandison, Clarissa e Belinda eram personagens de novelas inglesas que por aqui circulavam, introduzindo o “amor moderno” de que vai falar José de Alencar por meio de seus personagens. Contra esse imaginário amoroso perpetuavam-se, contudo, velhas regras. Daguerreótipos e antigas fotografias confirmam a fria exterioridade e pudor nas relações. Homens e mulheres jamais estão próximos. Não há sinal de intimidade. O decoro exigia a separação dos corpos. A discrição era a norma. A felicidade conjugal não decorria do relacionamento entre marido e mulher, insistem historiadores, mas do atendimento de necessidades práticas das quais o casal era um simples instrumento.

Se a jovem é rica – conta-nos Daniel Kidder – “está desde logo preparada para a vida e o pai apresenta-lhe alguns de seus amigos, com a consoladora observação; minha filha, este é teu futuro esposo”. O risco de um amor fora do matrimônio levou um viajante a prever: “Se os homens e mulheres casam-se com quem não amam, eles amarão aqueles com quem não se casam”. O matrimônio entre moças e velhos confirma a tese. E não eram poucos a unir mocinhas com homens quase senis. Muitas dessas uniões faziam pensar em um grupo constituído por avô, filha e netos, quando eram marido, mulher e rebentos. Indignados, os estrangeiros não se continham. Um deles, alarmado, registrou:

Uma brasileira me foi indicada hoje que tem doze anos de idade e dois filhos que estavam fazendo traquinagens a seus pés. Ela casou-se aos dez anos com um rico negociante de sessenta e cinco, uma violeta primaveril presa numa crespa rajada de neve. Mas as damas aqui se casam extremamente jovens. Elas mal se ocuparam com seus bebês fictícios, quando têm os sorrisos e as lágrimas dos reais.

Delicioso é o quadro de um capitão da marinha americana que põe em seu colo uma menina de 13 anos para contar-lhe histórias. Vem, então, a saber que era esposa de um sexagenário e mãe de uma criança pequena. Outra gafe? A do estrangeiro que havia feito elogios à filha mais jovem de um senhor de certa idade, extraordinariamente bela, uma das mais lindas que havia visto na América. Depois de afirmar ser ela afortunada por ter um pai tão afeiçoado, ouviu em um tom nada gentil: “Pai? Eu sou seu marido, ela é minha esposa! Mas eu o perdôo pelo equívoco já que tenho filhas, para dizer a verdade quase para serem a mãe dela”. Pano rápido.

Chocado também ficou o capelão inglês depois de uma conversa com o ouvidor da comarca de São João del Rey. Depois de reconhecer que não tinha mais muito tempo de vida e queixar-se da áspera vida de solteiro, o senhor anunciou singelamente que pretendia casar-se. “E de fato, registra o britânico, ele se comprometeu com uma moça de exatos 12 anos e casaram-se em pouco tempo”. Embora no fim do século ainda se observasse a extrema juventude de certas noivas – em média de 12 a 16 anos –, sendo que “uma mulher de 20 anos é quase uma solteirona”, a grande diferença de idade entre cônjuges brancos não escandalizava os brasileiros. Elizabet Agassiz no meado do século, falando como educadora, lamenta que as meninas fossem retiradas das escolas sem a necessária educação: “[...] na idade em que a inteligência começa a se desenvolver. A maioria das meninas enviadas à escola aí entra com idade de 7 ou 8 anos; aos 13 ou 14 são consideradas como tendo terminado seus estudos. O casamento as espreita e não tarda a tomá-las” Horrorizava, sim, os estrangeiros que reagiam criticamente a tais situações, muitas vezes até exagerando suas narrativas que, se não eram todas reais, eram representativas de uma situação de fato.

O preconceito racial de estrangeiros não raro se misturava com a aversão européia pela “corte amorosa à brasileira”. O fato de meninas, muito meninas, passarem da reclusão familiar às mãos dos maridos os fazia crer em um precoce interesse pelo sexo oposto, interesse, aliás, muito malvisto. Os viajantes criticavam a precocidade com que adquiriam modos e conhecimentos impróprios para sua idade:

[...] antes de cumprir dez anos, uma menina conhece perfeitamente bem o valor dos homens como marido e o que é o flerte; gracejará com suas irmãs a respeito deste ou daquele rapaz e se dará conta muito bem que o seu próprio objetivo na vida é assegurar-se um homem. Quando estiver com catorze anos ela saberá tudo a respeito de coisas que se supõe que uma inglesa não saberá até que esteja casada.

A percepção desses estrangeiros é de que havia certa precocidade sexual nas moças do Novo Mundo.

Não era raro, como lembra a historiadora Tânia Quintaneiro, a menina branca das famílias de posses entrar como objeto de barganha entre seu pai e algum senhor, possivelmente bem estabelecido, idoso ou mesmo seu parente próximo, que desejava casar-se e ter filhos.

Não faltaram explicações associadas ao clima quente para o casamento precoce e a decadência física da mulher. Veja o leitor, por exemplo, a explicação de J. K. Tuckey para o que lhe parece ser a necessária poligamia tropical:

Entre as mulheres do Brasil, bem como as de outros países da zona tórrida não há intervalo entre os períodos de perfeição e decadência; como os delicados frutos do solo, o poderoso calor do sol amadurece-as prematuramente e após um florescimento rápido, deixam-nas apodrecer; aos catorze anos tornam-se mães, aos dezesseis desabrochou toda a sua beleza, e aos vinte estão murchas como as rosas desfolhadas no outono. Assim a vida das três destas filhas do sol difere muito da de uma européia; naquela, o período de perfeição precede muito o de perfeição mental, e nesta, uma perfeição acompanha a outra. Sem dúvida, estes princípios influenciam os legisladores do Oriente em sua permissão da poligamia; pois na zona tórrida, se o homem ficar circunscrito a uma mulher, precisará passar quase dois terços de seus dias unido a uma múmia repugnante e inútil para a sociedade, a não ser que a depravação da natureza humana, ligada à irritação das paixões insatisfeitas os conduzisse a livrar-se do empecilho por meios clandestinos. Esta limitação a uma única mulher, nas povoações européias da Ásia e das Américas, é uma das principais causas de licenciosidade ilimitada dos homens e do espírito intrigante das mulheres. No Brasil, as relações sexuais licenciosas talvez igualem o que sabemos que predominou no período mais degenerado do Império Romano.

Outra explicação, dessa vez dada pelo conde de Suzanet, em 1825, era que as mulheres brasileiras gozavam de menos privilégios do que as do Oriente. Relegadas na maioria das vezes ao convívio com escravas, elas levariam uma vida inteiramente material. Casavam-se cedo, logo se transformando pelos primeiros partos, perdendo assim os poucos atrativos que podiam ter tido. Os maridos apressavam-se em substituí-las por escravas negras ou mulatas. “O casamento”, ponderava:

[...] é apenas um jogo de interesses. Causa espanto ver-se uma moça ainda jovem rodeada de oito ou dez crianças; uma ou duas, apenas, são dela, outras são do marido; os filhos naturais são em grande número e recebem a mesma educação dos legítimos. A imoralidade dos brasileiros

é favorecida pela escravidão e o casamento é repellido pela maioria, como um laço incômodo e um encargo inútil. Disseram-me que há distritos inteiros em que só se encontram dois ou três lares constituídos. O resto dos habitantes vive em concubinato com mulheres brancas ou mulatas.



Entre os fatores culturais e econômicos responsáveis pela tendência de que as brasileiras se casassem mais cedo estariam: a maior sujeição feminina, a procriação como objetivo primordial do matrimônio, a subordinação de interesses pessoais aos familiares, a pouca educação e instrução, a inexistência de um mercado de trabalho livre e aberto à mão-de-obra feminina e, resumindo, a desimportância dos critérios afetivos para a escolha do cônjuge. Os viajantes raramente mencionam mulheres que tivessem permanecido solteiras a contragosto ou por opção, como se tal fenômeno não existisse, mas talvez apontem nos matrimônios entre brancas e mulatos a solução tropical quando faltavam noivos suficientes de origem européia.

Quando Margarteh Dickins, casada com um oficial de Marinha dos Estados Unidos, vem ao Brasil no fim do século XIX, observa que as coisas estavam gradativamente mudando para melhor, no que se referia ao tratamento para mulheres.

[...] estão se casando um pouco mais velhas, e assim têm a oportunidade de ter uma educação de todos os tipos, estão mais capazes de ser companheiras de seus maridos. É lhes concedida maior liberdade e conseqüentemente comportam-se melhor; suas liberdades vêm lentamente mas vêm chegando com segurança. Parecem inteligentes e muito desejosas de aprender as habilidades que lhes vão ensinando. Têm corpos bonitos e muitas são lindas de ver nas sacadas e nos jardins. Os homens são pequenos e morenos – às vezes muito escuros, pois parece não haver objeção ao sangue negro entre brasileiros.

Gilberto Freyre afirma que muitos dos raptos no Nordeste tinham por motivo a recusa de pais aceitarem por genros rapazes mulatos.

É bom lembrar que nesse período o casamento constitui para os pais e a família uma avaliação pública de sua posição e, também, um meio de melhorá-la. Era preciso, a qualquer preço, evitar más alianças. Entre as elites urbanas ou a pequena burguesia, o casamento, como demonstram os romances de José de Alencar, tornara-se o melhor caminho para a ascensão social. Longamente pensado, organizado e “arranjado”, sua estratégia incluía, até, a organização das apresentações. Entre os quadros mais modestos da burocracia, como já vimos o exemplo do funcionário público Marrocos, a união serve para dar estabilidade

e *status* e também para fundar ou ampliar negócios. Nas áreas rurais, observavam-se os mesmos usos na intenção de reunir terras, escravos e animais, em um só patrimônio, o mais opulento possível. Na parte inferior da pirâmide social, não havia esse tipo de estratégia. Os jovens escolhiam livremente seus parceiros. Se a homogamia parecia ser a regra, é provável que as migrações internas e a chegada de muitos imigrantes estrangeiros tenha começado a alterar esse quadro.

### Amores vindos de longe

Se, teoricamente, evitavam-se os noivos mulatos ou mestiços, como ficava o amor com estrangeiros? Algumas vezes, eles eram cobiçados como genros. Em meados do século, um deles percebeu que a família de um general o cercava de atenções, assim como que a filha do casal, que a pedido do visitante tocava piano, lhe dirigia “canções de amor com indiretas claras”. Não teve dúvidas... Bateu em retirada na primeira oportunidade. Outro contou que durante uma visita a uma fazenda na Serra do Mar, seu companheiro atraiu a atenção da graciosa sobrinha do casal de proprietários, Vitorina. De acordo com a lógica do visitante, a perspectiva de receber boa herança fizera com que a jovem se decidisse a “procurar algum parceiro agradável para dividi-la com ela”. Como não tinha oportunidade de fazer ela mesma a proposta, a moça comunicava suas preferências por meio de sua criada negra, a qual transmitia o recado “arreganhando seus dentes brancos” e fazendo sinais incompreensíveis para o forasteiro. Tratava-se de uma sugestão para que o jovem visitante se casasse com Vitorina. É possível que tais negociações em busca de um marido para a sinhá nem sequer fosse do conhecimento de jovem tímida. Após entender o significado da mímica, o capelão inglês Robert Walsh ficou chocado, mas seu amigo sabia que isso não era incomum.

Dadas às situações de reclusão em que vivem e tendo poucas oportunidades de escolher um parceiro que elas pensam que pode fazê-las feliz, quando surge alguma oportunidade, não a deixam passar e estão prontas para aproveitá-las. Este desvio da etiqueta estabelecida pelos usos europeus não traz qualquer imputação de falta de finura da parte das damas. Vitorina era tão recatada quanto graciosa e parecia retraída, acanhada e absolutamente pouco disposta a atrair a admiração de qualquer pessoa que não fosse a dele, ou a de quem rivesse escolhido.

E entre os imigrantes europeus, recém-chegados ao Brasil, como ficavam os assuntos do coração? O mercenário alemão Josep Hormeyer não escondia a praticidade de seu critério para escolher sua “cara-metade”:

Para um imigrante é difícil conseguir uma boa esposa no Brasil. Uma de cor ele não quer. Uma branca é difícil conseguir e, se a consegue, ela o auxiliará tão pouco nos trabalhos de campo, pois isto é contra os costumes do país. E só poderia obter a sua brasileira, quando pudesse falar com ela, isto é depois de ter aprendido o português [...] mas precisamente nos primeiros tempos é quando a mulher faz falta ao colono, precisamente quando constrói a primeira cabana, mais sensivelmente sente a ausência do ser feminino, indispensável na fundação de um lar doméstico; quando o pobre rapaz volta cansado e só então cozinha a sua comida ou quando ele próprio tem que descer ao riacho para lavar a roupa em geral muitas vezes prefere casar-se com a avó do diabo a continuar solteiro...

As jovens brancas e pobres que aqui chegavam, embarcadas por vontade dos pais ou do marido para tentar a vida nas fazendas de café, eram tão assediadas pelos “senhores” quanto as escravas. Os fazendeiros também procuravam interferir nos arranjos domésticos dos colonos, tentando promover ou atrapalhar casamentos, tratando-os, muitas vezes, como servos em vez de trabalhadores livres. Não faltou o uso de força física ou suborno a parentes para cortejar as “italianinhas”, ou as alemãs, como escreveu Érico Veríssimo em *O tempo e o vento*. Um sobrinho do presidente Campos Salles tentou seduzir a filha de um dos colonos retratados prometendo-lhes permissão “para colher café no lugar mais fértil da fazenda”. O assédio sexual acabou em morte e não foi o único caso.

Entre os imigrantes do sul da Alemanha, chegados ao Império a partir de 1824 – data de fundação de São Leopoldo – estabeleceu-se um modelo de convivência que resultou em uma série de associações: escolas, igrejas, sociedades de ginástica, clubes de caça e tiro. No aniversário do imperador, reuniam-se em casas de notáveis da comunidade para festejar com música e palestras. Em Santa Catarina, entre descendentes de portugueses, a dança e o canto da Ratoeira unia em uma roda homens e mulheres. Era brincada geralmente nos feriados, aos domingos à tarde, nas festas, nas reuniões de famílias e expressava sentimentos como amor, saudade, amizade, tristeza, raiva por meio de cantorias e quadras.

Entre imigrantes, um namoro, um noivado e uma gravidez podiam mesmo começar a bordo, a caminho do Novo Mundo. Lembra-se o leitor de Leonardo



O título do quadro de Almeida Júnior, *Saudade*, o pequeno retângulo de papel e as lágrimas dizem tudo: amor e distância não combinam.

Pataca e Maria da Hortaliça, das *Memórias de um sargento de milícias*? As longas travessias, o confinamento e o calor acabavam por facilitar os contatos. As numerosas viagens que traziam estrangeiros para o Brasil, criavam todo o tipo de oportunidade. Encerrados nos paquetes, homens e mulheres encontravam-se, mediam-se, apaixonavam-se e seguiam seus caminhos, uma vez chegados ao porto de desembarque. Eis como Adele Toussaint-Samson, viajante francesa, descreve o desenrolar desses encontros:

É quando se chega àquela região chamada pelos marinheiros de *brumas opacas*, situada quase sob a Linha do Equador, que a fisionomia de bordo toma um aspecto estranho. Imagine, leitor, um calor opressivo, pesado, enervante e excitante a uma só vez; ali, nem um sopro vem inflar as velas, a água do mar parece óleo; só se consegue dormir um pouco deixando as vigias abertas [...] as mulheres não usam mais do que penhoares de musselina; os homens, calças e paletós brancos; todos arrastam-se, estendem-se, quase não falam, os olhares tornam-se lânguidos, e as aventuras galantes estão na ordem do dia. “O lugar tenente foi encontrado na cabina da srta. A.” “O grumete enlaçou a cintura da sra. W. no quarto do doutor”. Trocam-se bilhetes amorosos e quase não há dia que não tenha seu pequeno escândalo ou seu ataque de nervos. Que querem? Não é culpa de ninguém, aparentemente. Aquela temperatura enervante enlouquece a tal ponto que, à noite, muitas vezes acreditei estar sob o poder do haxixe, tanto meu espírito oscilava entre a vigília e o sonho [...]. É aí que as velhas damas de coração jovem têm possibilidade de sucesso! Todos os homens o confessam: nas *brumas opacas*, as mulheres já não tem idade, e as que eram consideradas horríveis no começo da viagem tornam-se de súbito encantadoras, chovem as declarações, são muitas as rendições. Pobres maridos, que deixam suas mulheres partir sós, desconfiem das *brumas opacas*.

Além das tradicionais dificuldades para namorar ou noivar, não faltavam as dificuldades para casar na igreja. Por incrível que pareça, elas eram as mesmas, desde os tempos da colônia: morosidade de papéis e excesso nos custos. Quem se queixa é o jornalista português Thomas Lino d’Assumpção, em 1876:

A reprodução desta carta faz-me lembrar uma armadilha que há sempre em exercício na câmara eclesiástica para apanhar o dinheiro dos que intentam casar-se. Entre outros vou narrar um fato que ali se dá com todos os portugueses que precisam arranjar os papéis necessários ao casamento. Para A..., depois de provar que é lívr, é preciso que a noiva vá a câmara eclesiástica declarar que quer casar

com ele, como se A... depois de provar que é livre, não possa casar com quem quiser; mas como as senhoras brasileiras geralmente alegam um impedimento qualquer para não se exporem às vistas lúbricas dos sátiros da câmara eclesiástica, há sempre um que vai tomar a casa aquela declaração pela qual recebe duas libras. O português é obrigado a fazer – depois de justificado o seu estado livre – correr banhos em Portugal deixando de fiança 20\$000 réis. Assim que o noivo larga os tais 20\$000 réis pode logo casar. Ora, vamos supor que os banhos vão para o Rio com impedimento. O que farão os reverendos da Conceição? Descasam o homem? Ou os proclamas são uma formalidade necessária e então sustêm o casamento até que elas cheguem ou se é um pretexto para apanhar os tais 20\$000 réis, ajuntem-nos aos emolumentos e escusem de apoquentar os que caem na asneira de subir à Conceição quando à falta do registro civil podem lançar mão da Igreja protestante, onde os sacerdotes são mais sérios... e mais baratos. Sobre a porta da câmara eclesiástica deve colocar-se como sobre os muros das quintas do Minho: Aqui á uma ratoeira!

## Entre quatro paredes

O historiador pouco sabe de como se comportavam na cama, homens e mulheres. Tudo indica, porém, que a noite de núpcias fosse uma prova. Era o rude momento da iniciação feminina por um marido que só conhecia a sexualidade venal. Donde a prática da viagem de lua-de-mel, para poupar a família de um momento tão constrangedor. O quarto do casal, espaço onde se entrincheirava a sexualidade conjugal, devia ser um santuário; a cama, o altar onde se celebrava a reprodução. “Uma cama de casados” – registrava padre Lopes Gama – “era uma bizarria com tantos ramos entalhados, com tantos calungas, pássaros e anjos que era um pasmar!” Por cima dela, velava, triste, um crucifixo. Os corpos estavam sempre cobertos e há registros orais de camisolas e calçolas com furos na altura da vagina. A nudez completa só começa a ser praticada no início do século XX; antes estava associada ao sexo no bordel. Tudo era proibido. Fazia-se amor no escuro, sem que o homem se importasse com o prazer da mulher. Usava-se tanto a posição de missionário quanto a da mulher ajoelhada e de costas, recomendada para a procriação. Médicos aconselhavam aos homens o uso parcimonioso do espermatozoide, de acordo com a idade. A brevidade das relações sexuais deve ter sido uma constante. Acreditava-se que ela favorecia as concepções, e qualquer dúvida sobre a matéria era esclarecida pelo livro *Felicidade do amor e himeneu*, do dr. Mayer, que dava conselhos sobre “a arte de procriar filhos bonitos,

## Amores escravos e amores mestiços

Há poucas referências de cronistas estrangeiros aos casamentos entre escravos. Sabe-se hoje que eles eram correntes. O livro do casal Agassiz, educadores que capitanearam uma expedição ao Brasil entre 1865 e 1866, tece, por exemplo, alguns comentários de índole moral em torno de cerimônias que eles mais consideram “irreligiosas”, tal a rispidez com que o padre tratava os nubentes. Segundo o relato,

[...] se estas pobres criaturas refletissem, que estranha confusão não se faria em seu espírito! Ensinam-lhes que a união entre o homem e a mulher é um pecado, a menos que seja consagrada pelo santo sacramento do matrimônio. Vêm buscar este sacramento e ouvem

um homem duro e mau resmungar palavras que eles não entendem, entremeadas de tolices e grosserias que eles entendem até demais. Aliás, com seus próprios filhos crescem crianças escravas de pele branca, que na prática, ensinam-lhes que o homem branco não respeita a lei que impõe aos negros.

Provavelmente inspirado nos negros que trabalhavam para a empresa inglesa da Mina de Morro Velho, em Minas Gerais, Richard Burton dizia que “[...] o escravo tem no Brasil, por lei não escrita, muitos direitos de homem livre [...] é legalmente casado e a castidade de sua esposa é defendida contra o senhor. Tem pouco receio de ser separado da família”.

No século XIX, para efetivar seus casamentos os escravos continuavam precisando da anuência de seus senhores que, muitas vezes, decidiam levando em conta o número de filhos que nasceriam dessa união. Em propriedades grandes e médias havia a tendência em não separar os cônjuges, por venda ou herança. Nos plantéis pequenos, porém, os proprietários estavam mais sujeitos a contratempos econômicos, garantindo em menor escala o bem-estar conjugal dos escravos. Aos jovens, fortes candidatos a fugas, dizia um senhor da região de Campinas, no interior paulista: “É preciso casar este negro, dar-lhe um pedaço de terra para assentar a vida e tomar juízo”.

A presença da escravidão e da mestiçagem trouxe muitos reflexos para as relações afetivas. No Brasil, a fidelidade do marido não apenas era considerada utópica, segundo os viajantes, mas até ridicularizada. E a

manutenção de amantes – a julgar pela marquesa de Santos, exemplo vindo de cima – um verdadeiro segredo de polichinelo. Tal vida não se tornava, no dizer de um desses cronistas, “uma ignomínia para um homem, em vez disso era como a ordem natural das coisas”. Eram comuns, particularmente no interior do Brasil, famílias constituídas por um homem branco cuja companheira – mais ou menos permanente, segundo o caso – era uma escrava ou uma mestiça. Somava-se a isso a desproporção entre homens – em maior número – e mulheres – poucas – estudada por demógrafos historiadores. As marcas do sofrimento ficaram na documentação e nas observações de uma viajante estrangeira. Conta-nos ela:

Na noite anterior eu notara uma jovem mulher branca, ou antes amarela, de grandes olhos com olheiras, de cabelos mal penteados, que andava descalça, vestida com uma saia malfeita, uma criança pela mão e outra no colo, e supusera que bem poderia ser a mulher do administrador que, no entanto, tinha roupa fina, um traje decente e um verniz de letras e de ciência [...] resolvi, então, satisfazer minha curiosidade, notando em seu rosto traços de profundo sofrimento:

- Parece triste, senhora, disse-lhe.
- Sou bem infeliz, senhora, respondeu-me ela.
- Não é a mulher do administrador?
- Para minha desgraça.
- Como assim?
- Ele me trata indignamente. Aquelas mulatas, acrescentou ela, apontando-me uma, é que são as verdadeiras senhoras da fazenda. Por elas, meu marido me cobre de ultrajes.
- Por que suporta isso?
- Meu marido me força a receber essas criaturas até em minha cama; e é lá, debaixo dos meus olhos, que lhes dá suas carícias.
- É horrível!
- Quando me recuso a isso, ele me bate e suas amantes me insultam.
- Como continua com ele? Abandone-o.

Ela olhou-me com profundo espanto, replicando.

[...] – Isso é bom para as francesas que sabem ganhar seu pão; mas nós, a quem não se ensinou nada, somos obrigadas a ser como criadas de nossos maridos.

Na cultura popular, as modinhas ensinavam as mulheres a desconfiar de seus maridos. Veja-se esta coligida na Bahia em 1843:



Astuciosos  
 os homens são  
 Enganadores  
 Por condição  
 Os homens querem sempre enganar  
 Nós nos devemos  
 Acaurelar  
 Juram constância  
 Até morrer  
 Mas enganar  
 É seu prazer  
 [...]

Quando dependem  
 São uns cordeiros  
 Logo se tornam  
 Lobos matreiros  
 [...]

Quando da noite  
 O sol raia  
 Então firmeza  
 Lhes hão de achar  
 Já nem ao menos vergonha tem:  
 Quando isto ouvem  
 Riem-se bem.

O concubinato corrente entre homens brancos e mulheres afro-descendentes provocou uma reação: mulheres brancas deviam casar com homens brancos. Embora já houvesse muitas uniões entre brancas e mulatos, como descreveu Freyre para o Nordeste, nas capitais todo o cuidado era pouco. Tão pouco, que a *Folhinha Laemmertz* de 1871 admoestava: “com a Lei do Ventre Livre algumas moças que não querem ficar para tias, casam-se com negros”. Ao fundo, a imagem de um casal misto, ela, uma pintura, ele, caricaturizado.

No litoral, procuravam-se genros nascidos no Velho Mundo. O “mendigo de mais alto nascimento era preferido aos mais ricos nativos”. Mas nas províncias do interior não havia tanta fatura de brancos e, na conclusão do observador estrangeiro Burton, “o mulatismo tornou-se um mal necessário”. Maria Graham repete as mesmas palavras: os portugueses “preferem dar suas filhas e fortuna ao mais humilde caixeiro de nascimento europeu do que aos mais ricos e meritórios brasileiros”, leia-se, mestiços. Ela acreditava que “os portugueses europeus ficavam extremamente ansiosos para evitar o casamento com os naturais do Brasil”,

demonstrando, dessa forma, já estarem “convencidos das prodigiosas dificuldades, se não malefícios que fizeram a si próprios com a importação de africanos”. Mas a solidão em que viviam muitos brancos, isolados em um deserto e não tendo qualquer restrição das opiniões da sociedade possibilitava, no entender da professora inglesa, que eles se “acomodassem” com as mulheres a seu alcance. Escapa-lhe o potencial afetivo de muitas dessas relações. Completava-se, assim, o binômio que induzia “muitos no país a prescindirem de uma esposa”, nesse caso, de uma moça branca para casar legalmente. Desse “desregramento” nem os ingleses escapavam, observa um norte-americano, mencionando o caso de certo *Mister Fox*, comerciante solteiro que já sexagenário desfrutava, em sua casa, da companhia de uma senhora negra e viçosa, de pouco mais de 35 anos, que atendia à mesa, desincumbindo-se, também, de outras tarefas domésticas.

Nosso conhecido viajante Schlichthorst fazia à corte, a sua maneira, a uma mestiça que encontrara nas ruas do Rio de Janeiro. A aproximação entre o estrangeiro e a nativa é direta. Não há rodeios; há trocas. Comida por companhia. As clivagens de raça e classe ficam claramente visíveis, sobretudo, quando ele titubeia em beijar a mão da linda jovem cuja visão o deleitava. Orgulho e preconceito se misturam. Vejamos como ele relata essa experiência:

A moça de aparência decente, estava desacompanhada. Ofereci-lhe o braço e levei-a para sua casa. Algumas escravas nos seguiam. A esse feliz acaso fiquei devendo minhas horas mais agradáveis no Rio de Janeiro. Beata Lucrecia da Conceição não era, em verdade de sangue puro como a Europa exige para sua pretensa fidalguia racial; mas era uma moça boa e simples, de dezessete anos, que vivia com decente liberdade em companhia de sua mãe, uma crioula gorda. A riqueza dessa gente modesta constava de uma casinha e de alguns negros que trabalhavam na alfândega. O capital crescia com um bando de moleques, de tempos em tempos, aumentado pela extraordinária fertilidade das negras ou, como dizia a velha – pela benção do céu. D. Luíza, mãe de D. Beata, era viúva. A filha, solteira, tinha um amigo tropeiro, que andava com sua tropa de mulas por Minas Gerais e vivia com ela quando vinha ao Rio de Janeiro. Uma encantadora menina nascera desta união.

O jovem estrangeiro deixa-se encantar pelo ambiente simples e acolhedor de uma casa onde podia chegar à hora que quisesse. De certa feita, resolve ir às compras para, o que considera, uma refeição modesta.

Como sei que é dia de jejum e conheço o gosto das senhoras, compro caranguejos, palmitos, macarrão para a sopa, algumas sardinhas e batatas, cebolas, agrião para a salada e um pouco de alho às escondidas.

Não me esqueço das passas, das amêndoas, dos abacaxis, das laranjas, das bananas e, para completar, a sobremesa, de ostras, de queijo e algumas garrafas de excelente vinho do Porto, que nenhuma senhora desdenha. Chego assim carregado com o negro à casa de D. Luíza e me convido para jantar. A boa mulher sente-se muito honrada com a minha visita e sua amável filha me recebe com toda a sua graça natural.

Mas logo sobrevêm considerações que misturam preconceito e prazer, sentimentos complexos que deviam viver não poucos dos que vinham fazer a América:

Quase sou tentado a beijar a mão que me estende. Contra isso, porém, rebelo-se o nobre sangue europeu, ao pensar que a tingir leve cor africana. Enquanto a velha vai em pessoa para a cozinha, a fim de dirigir o preparo da refeição, aprendo com a minha bela mestra, em poucas horas, mais português do que me ensinaria em seis semanas um rabugento professor. Se nesta convivência íntima, um sentimento melhor não vence o orgulho ridículo a que venho de me referir, fico indeciso, porque sei respeitar os direitos alheios, mesmo que sejam de um simples tropeiro de Minas. Após a refeição, as senhoras que se serviram de talheres em consideração à visita vão dormir. Acendo um cigarro, me embalo numa rede até o sono me fechar as pálpebras. Um sonho me conduz à Europa, na qual, quando acordado raras vezes penso, e me concede gozos a que devo renunciar no Brasil [...]. A noite cega depressa. Quando se acendem os lampiões ofereço o braço à dama mais moça e, seguidos por uma escrava preta, damos uma volta pelas ruas da cidade, que a essa hora têm a maior animação.

E o comentário: “D. Luíza que de bom grado teria vindo conosco fica em casa pela delicada modéstia de sentir sua diferença de cor. Sua filha com um quarto de sangue africano, à noite pode passar como branca de sangue puríssimo”.

Apesar de consideradas indignas de casar de papel passado, laços de convívio diário com escravas acabavam por tornar-se tão respeitadas como em qualquer país da Europa e elas assumiam, sem maiores obstáculos, a honrosa posição de esposas. No caso em que tais relações se prolongassem, adentrando a velhice do parceiro, este não se decidindo por providenciar um casamento com uma mulher branca, acabava por fazer de seus filhos mulatos os únicos herdeiros de seus bens. Durante uma visita a Bertioga, no litoral paulista, o reverendo Walsh

defrontou-se com “uma negra”, que, diz ele, “veio e sentou-se para olhar para nós. Ela era a companheira de nosso pequeno anfitrião e mãe de algumas crianças mulatas que possuíam toda a propriedade de seus pais”.

Estudando a vida privada na Província de São Paulo, o historiador Robert Sleenes esmiuçou documentos em que essas afirmações ganham carne e sangue. Filhos mulatos nascidos dessas uniões herdavam bens, escravos e negócios, dando origem a uma pequena camada média, mestiça, como já observara, à mesma época, o reverendo Walsh. O fenômeno não era comum, havendo o pai que alforriar seus filhos que, por seu turno, muitas vezes, tinham seus herdeiros nas mesmas condições: com escravas. As dificuldades de mobilidade social foram grandes até meados do século, mas não faltavam senhores que, literalmente apaixonados, ameaçavam a vida de casal de escravos. Um exemplo, em São Paulo? Um senhor que perseguia violentamente Romana, sua escrava, dizendo a seu marido que “o havia de matar porque precisa da crioula para sua manceba”. Ou, em Vassouras, no Rio de Janeiro, em que uma esposa traída apresenta ao juiz uma carta de seu marido à amante, uma ex-mucama: “Marcelina, você como tem passado, meu bem? Estou com muita saudade de você e ainda não fui dar-lhe um abraço porque estou na roça feitorando outra vez [...]”. E se despede:

Adeus, minha negra, recebe um abraço muito e muito saudoso, e até breve. O frio já está apertando, e faz-me lembrar das noites da barraca com uma saudade que me põe fora de mim; está bom, não quero dizer mais nada por hoje, se começo a me lembrar de certas coisas, em vez desta carta vou eu mesmo, e hoje não posso sair. Outra vez adeus e até lá.

Na corte, Marcelina deixava-se fotografar com acessórios considerados de fino trato: leques e lindo vestido de tafetá pregueado com o laço à marrequinha.

Não é esse o caso de Marcelina, mas na maioria dos exemplos que extraímos da documentação tem-se a impressão de que era mais fácil, se não econômico, para o homem branco, aproveitar-se das mulheres que não podiam exigir dele compromissos formais, mas lhe ofereciam os mesmos serviços que uma esposa branca e legalmente casada. Segundo observação de um viajante estrangeiro, até

os homens acabavam por sentir “uma estranha aversão pelo casamento”, passando a não gostar de se casar para sempre e, uma vez que “a humana lei latina facilita o reconhecimento dos filhos ilegítimos”, são eliminados os atrativos que restam ao matrimônio. Ficavam assim justificadas em favor do homem, segundo Tânia Quintanciro, as ligações à margem da legislação com negras e mestiças e a desproteção a muitos filhos que, apesar da “humana lei latina”, nem sempre eram legalmente reconhecidos.

### **A dupla moral e as santinhas de pau-oco**

Durante o século XIX continuam sem punição as infidelidades descontínuas e transitórias por parte dos homens casados, bem como se toleravam concubinatos de escravas com seus senhores. As regras do celibato eram abertamente desrespeitadas e não faltaram registros, como os do viajante Gardner, que se choca ao conhecer o filho de um padre, ele próprio possuidor de um título eclesiástico, além de senador do Império, que “veio visitar o pai trazendo consigo sua amante, que era sua prima, com oito filhos dos dez que ela lhe dera, tendo além disso cinco filhos com outra mulher, que morrerá ao dar a luz ao sexto”. Do ponto de vista dos estrangeiros que nessa época chegam em massa ao Brasil, as ligações entre brancos e negros ou mulatos desaguavam sempre no rebaixamento moral dos primeiros e em repercussão insidiosas sobre a vida social, sendo a mais dramática delas o grande número de filhos naturais.

Embora não haja estatísticas sobre o assunto, é de se supor que as relações extraconjugais fossem correntes depois do casamento. O adultério perpetuava-se como sobrevivência de doutrinas morais tradicionais. Fazia-se amor com a esposa quando se queria descendência; o restante do tempo, era com a outra. A fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina; a falta de fidelidade masculina vista como um mal inevitável que se havia de suportar. É sobre a honra e a fidelidade da esposa que repousava a perenidade do casal.

Mas seriam elas tão santinhas, assim? Os amores adúlteros custavam caro para as mulheres de elite. Em 1809, certo João Galvão Freire achou-se preso, no Rio de Janeiro, por ter confessadamente matado sua mulher, D. Maria Eufrásia